FECAP

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2022

60736683/0001-71

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Conselho de Curadores

Prezados Senhores, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos as Demonstrações Contábeis e respectivas Notas Explicativas da Fundação, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

Sílvio Álvares Penteado Neto - **Presidente Honorário**

Shigeaki Ueki - **Presidente**

Abram Abe Szajman - **Vice-Presidente**

Conselheiros:

Antônio Delfim Netto

Edson Ricardo Barbero

Kazuo Watanabe

Luíza Helena Trajano

Mauro de Salles Aguiar

Roberto Rodrigues

Wagner Mar

Conteúdo

Balanços patrimoniais 4

Demonstrações do resultado 5

Demonstrações do resultado abrangente 5

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 5

Demonstrações dos fluxos de caixa 6

Demonstração do valor adicionado 6

Notas explicativas às demonstrações contábeis ..... 7 a 14

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis 15

Relatório do parecer do conselho fiscal 16

Demonstrações Financeiras 2022

FECAP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Av. da Liberdade, 532 01502–001 – São Paulo – SP
CNPJ 60.736.683/0001–71

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e 2021

ATIVO
(Expressos em milhares de reais)

ATIVOS	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	3	5.134	8.524
Aplicações financeiras vinculadas	4	1.713	1.530
Anuidades a receber - líquidas	5	8.353	7.350
Outros créditos e valores		387	755
Despesas antecipadas		643	627
Total dos ativos circulantes		16.230	18.786
NÃO CIRCULANTES			
Aplicações financeiras	4	17.755	14.639
Anuidades a receber - líquidas	5	3.059	3.687
Depósitos judiciais	8	674	624
Imobilizado	6	32.801	33.833
Direito de uso (Arrendamento)	12	-	5.134
Intangível	6	659	452
Total dos ativos não circulantes		54.948	58.369
TOTAL DOS ATIVOS		**71.178**	**77.155**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO
(Expressos em milhares de reais)

PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
CIRCULANTES			
Fornecedores		548	708
Impostos, encargos e contribuições a recolher	7	1.869	1.627
Provisão para férias e encargos sociais		1.492	1.764
Anuidades recebidas antecipadamente		1.731	1.758
Passivo de Arrendamento	12	1.166	1.390
Outras contas a pagar		987	285
Total dos passivos circulantes		7.793	7.532
NÃO CIRCULANTES			
Provisão para riscos (imunidade tributária)	8	17.755	14.639
Provisão para riscos e processos judiciais	8	1.216	1.224
Passivo de Arrendamento	12	0	4.464
Contratos Recebidos Antecipadamente		161	259
Total dos passivos não circulantes		19.132	20.586
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Patrimônio social	9.a	46.854	45.771
Reserva de reavaliação	6 e 9 b.	2.174	2.183
Déficit (Superávit) acumulado		(4.775)	1.083
Total do patrimônio líquido		44.253	49.037
TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		71.178	77.155

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras 2022

FECAP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Av. da Liberdade, 532 01502–001 – São Paulo – SP
CNPJ 60.736.683/0001–71

Demonstrações do Superávit (Déficit) para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Expressos em milhares de reais)*

	Nota Explicativa	31/12/2022	31/12/2021
RECEITA BRUTA DA ATIVIDADE DE ENSINO			
Anuidades:			
Colégio – FECAP		17.310	16.219
Centro Universitário FECAP - graduação		62.468	54.037
C. Universitário FECAP - pós-graduação		9.418	6.635
Centro Universitário FECAP - mestrado		3.150	3.196
Outras receitas de ensino		5.118	4.843
Total da receita bruta		**97.464**	**84.930**
DEDUÇÕES			
Reembolso e devoluções de mensalidades		(3.131)	(3.053)
Bolsas de estudo		(21.305)	(13.320)
Subtotal das deduções		**(24.436)**	**(16.373)**
DEDUÇÕES FILANTROPIA			
Bolsas de estudo prouni 50%		(3.624)	(4.619)
Bolsas de estudo prouni 100%		(7.665)	(5.646)
Bolsas de estudo especiais filantrópicas		(1.690)	(1.723)
Sub total das deduções filantropia		**(12.978)**	**(11.988)**
Total das deduções		**(37.415)**	**(28.361)**
RECEITA LÍQUIDA DA ATIVIDADE DE ENSINO		**60.049**	**56.569**
CUSTOS DA ATIVIDADE DE ENSINO			
Colégio – FECAP		(12.852)	(11.205)
Centro Universitário FECAP - graduação		(26.284)	(22.041)
C. Universitário FECAP - pós-graduação		(6.017)	(5.438)
Centro Universitário FECAP - mestrado		(3.940)	(3.738)
Outros custos de ensino		(3.600)	(3.470)
Total dos custos	10	(52.693)	(45.892)
SUPERÁVIT BRUTO		**7.356**	**10.677**
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	10	(13.603)	(11.607)
Despesas não recorrente (Locação Pinheiros)	12	(746)	-
Propaganda e publicidade		(1.108)	(691)
Depreciações e amortizações	10	(1.723)	(1.758)
Receita de Locações	10	1.535	1.270
Outras receitas não operacionais	10	145	56
TOTAL DE (DESPESAS) Receitas Operacionais		(15.500)	(12.730)
DÉFICIT ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(8.144)**	**(2.053)**
w			
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	11	3.751	2.569
Despesas financeiras	11	(391)	(469)
Resultado financeiro		3.360	2.100
SUPERÁVIT (DÉFICIT)DO EXERCÍCIO		**(4.784)**	**47**

Demonstrações do Resultado Abrangente para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 - *(Expressos em milhares de reais)*

	31/12/2022	31/12/2021
(Déficit) Superávit do Exercício	(4.784)	47
Outros Resultados Abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL	**(4.784)**	**47**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Expressos em milhares de reais)

	Nota Explicativa	Patrimônio Social	Reserva de Reavaliação	Superávit Acumulado	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		45.771	2.194	1.025	48.990
Superávit do exercício		-	-	47	47
Realização da reserva de reavaliação	9 b)	-	(11)	11	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		45.771	2.183	1.083	49.037
Superávit acumulado		1.083	-	(1.083)	-
Déficit do exercício		-	-	(4.784)	(4.784)
Realização da reserva de reavaliação	9 b)	-	(9)	9	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**46.854**	**2.174**	**(4.775)**	**44.253**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Deficit (Superávit) do exercício		(4.784)	47
Ajustes para reconciliar o superávit do exercício com o			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	10	1.723	1.758
Provisão para anuid. de receb. duvidoso,liq. da parcela realizada	5	2.221	2.761
Custo residual do imobilizado baixado		4	16
Constituição de provisão para riscos e processos judiciais	8	1.385	6.377
Arrendamento Pinheiros	12	1.166	47
(Aumento) redução nos ativos:			
Anuidades a receber	5	(2.597)	(2.511)
Outros créditos e valores		368	(97)
Despesas antecipadas		(16)	53
Depósitos judiciais	8	(50)	(19)
Aumento (redução) nos passivos:			
Fornecedores		(160)	279
Impostos, encargos e contribuições a recolher		242	214
Anuidades e contratos recebidos antecipadamente		(125)	(293)
Direito de uso (Arrendamento)	12	(719)	(2)
Pagamento de férias e encargos sociais		(272)	(108)
Pagamento de riscos e processos judiciais	8	(8)	(278)
Outras contas a pagar		700	222
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		920	8.467
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de bens do ativo imobilizado e de intangível	6	(903)	(1.178)
Aplicações financeiras vinculadas		(1.567)	(6.299)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		**(2.470)**	**(7.477)**
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(3.390)**	**990**
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Saldo no final do exercício	3	5.134	8.524
Saldo no início do exercício	3	8.524	7.534
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		**(3.390)**	**990**

Demonstrações do Valor Adicionado para os Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2022	31/12/2021
RECEITAS			
Anuidades e outras receitas de ensino		60.049	56.569
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	5	2.221	3.510
Outras receitas		1.535	1.308
		63.805	**61.387**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custos dos serviços prestados		(7.832)	(8.292)
Materiais, energia,serviços de terceiros e outros		(5.571)	(9.161)
Baixas de ativos		(4)	(16)
		(13.407)	**(17.469)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**50.397**	**43.918**
RETENÇÕES			
Depreciação e amortizações	10	(1.723)	(1.758)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO		**48.674**	**42.160**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras		3.751	2.569
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**52.425**	**44.729**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal e encargos	10	52.693	41.959
Impostos, taxas e contribuições		1.899	613
Encargos financeiros e aluguéis		2.617	2.110
Superávit (déficit) do exercício		(4.784)	47
VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO		**52.425**	**44.729**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações Financeiras 2022

FECAP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
Av. da Liberdade, 532 01502-001 – São Paulo – SP
CNPJ 60.736.683/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores em milhares de reais - R$)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado FECAP ("Fundação") é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída em 1923. A Fundação é mantenedora do Colégio FECAP e do Centro Universitário FECAP e tem como objetivo proporcionar e divulgar no País o ensino comercial em todos os seus ramos e graus, cultivando as ciências econômicas, contábeis, administrativas e outras afins ou conexas.

A Fundação tem prazo de duração indeterminado e sua extinção só poderá se verificar nos casos previstos em lei, por deliberação unânime de todos os membros do Conselho de Curadores, em reunião especial e regularmente convocada para esse fim.

Para a administração de suas atividades, a Fundação possui a seguinte estrutura:

a) O Presidente Honorário, representante da família do Conde Antônio de Álvares Leite Penteado.

b) O Conselho de Curadores, composto pelo Presidente Honorário, como membro nato e vitalício, e por nove membros, sendo oito membros eleitos pelos próprios membros do Conselho para mandato de cinco anos, podendo ser reeleitos, e um membro indicado pelo Conselho Universitário – CONSUNI, dentre os seus membros efetivos, com duração de mandato simultâneo àquele exercido no CONSUNI.

c) O Conselho Fiscal, composto por três membros, sendo pelo menos um deles diplomado em Ciências Contábeis, Economia ou Administração de Empresas, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, com mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.

d) A Superintendência Executiva, composta por dois integrantes: Superintendente-Geral e Superintendente Adjunto, eleitos e empossados pelo Conselho de Curadores, podendo ser reeleitos. Os membros da Superintendência Executiva poderão ser, a qualquer tempo, destituídos ou dispensados pelo Conselho de Curadores.

e) As unidades de ensino FECAP - Colégio e Centro Universitário.

f) Os órgãos de apoio, consultoria e assessoria.

g) A administração superior da Fundação é da competência do Conselho de Curadores, a fiscalização das contas é atributo do Conselho Fiscal e a gestão e supervisão das unidades de ensino e dos órgãos de apoio, consultoria e assessoria são de responsabilidade da Superintendência Executiva.

h) As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para divulgação em reunião do Conselho de Curadores de 21 de março de 2023.

1.1 Imunidade Tributária.

Em 23 de setembro de 2019, a FECAP impetrou mandado de Segurança no 501745-76.2019.4.03.6100, com o objetivo de afastar ato que a obrigasse do recolhimento da contribuição previdenciária sobre a sua folha de Pagamento e da contribuição ao PIS. Como a decisão liminar foi favorável, a FECAP deixou de recolher tais contribuições, mantendo o respectivo valor em contingenciamento, em conta corrente específica para tal finalidade.

Em 16 de Dezembro de 2021, foi aprovada a Lei complementar nº 187, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes e regula os procedimentos referentes à imunidade de contribuições à seguridade social de que trata o § 7º do art. 195 da Constituição Federal.

1.1.1 Imunidade Tributária – CEBAS

Em 26 de dezembro de 2022, conforme Portaria nº 1.133, o Secretário de Regulação e Supervisão da Educação Superior substituto, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 10.195, de 30 de dezembro de 2019, em observância ao disposto da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014; considerando o disposto na Portaria normativa MEC nº 15, de 11 de agosto de 2017; Tendo em vista o que consta do processo SEI nº 23000.032274/2020-15, invocando as razões presentes na Nota técnica nº 865/2022/ESAJ/CGCEBAS/DPR/SERES, resolveu conceder pelo prazo de 03 anos a contar da data de publicação desta Portaria, o Certificado de Entidades Beneficente de Assistência Social – CEBAS a Fundação Escola de Comércio Alvares Penteado – FECAP.

1.2 Eventos importantes

(a) Ação Civil Pública

Em 20 de outubro de 2012, a Controladoria da FECAP entregou aos Membros do Conselho fiscal da Instituição relatório informando possíveis irregularidades na Administração Superior da Entidade, envolvendo o Presidente do Conselho Curador, o Superintendente Geral e outros funcionários, o qual foi encaminhado a todos os Membros do Conselho Curador da Instituição e ao Dr. Curador de Fundações do Ministério Público do Estado de São Paulo. A partir de então, foi instaurado o Inquérito Civil nº 03/2012.

Diante das conclusões do Inquérito civil, a Curadoria das Fundações do MPSP e a FECAP ajuizaram Ação Civil Pública, que foi distribuída para o MM Juiz de Direito da 23ª Vara Cível do Foro Central da Capital, em 29 de agosto de 2014.

Em primeiro grau de jurisdição, foi proferida sentença julgado parcialmente procedentes os pedidos formulados e o processo estão em fase de interposição de recursos.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, especificamente a ITG 2002 (R1), relativa a Entidades sem fins lucrativos.

2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3 Principais práticas contábeis

a) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer a elaboração de estimativas e a consideração de premissas por parte da Administração da Fundação que afetam os valores dos ativos e passivos apresentados nas datas das demonstrações financeiras, bem como, os valores das receitas e das despesas dos exercícios apresentados. Embora essas estimativas tenham como base o melhor conhecimento disponível dos Administradores da Fundação com relação a eventos presentes e futuros, os resultados reais podem diferir dessas estimativas.

As contas que usualmente requerem o uso de estimativas são:(a) provisão para créditos de liquidação duvidosa;(b) vida útil estimada do imobilizado; (c) crédito de precatório - estimativa para redução ao valor de mercado; d) estimativa do valor de mercado do imobilizado para fins de teste de valor recuperável dos ativos - "impairment"; e (e) provisão para riscos e processos judiciais. A Fundação revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras da Fundação são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional e de apresentação.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, saldos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras com prazo para resgate de até 90 dias da data da

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores em milhares de reais - R$)

aplicação. As aplicações financeiras são registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento dos exercícios, que equivalem aos seus valores justos no encerramento do exercício.

d) Anuidades a receber e demais créditos

Registrados e mantidos nas demonstrações financeiras por seus valores nominais, ajustados, quando necessário, pelos seus valores de realização e classificados no circulante e não circulante com base na expectativa de realização inferior ou superior a 12 meses.

e) Provisão para anuidades de recebimento duvidoso

Constituída em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das anuidades e dos demais créditos a receber, com base no histórico existente.

f) Imobilizado e Intangível

Registrado ao custo de aquisição, acrescido de reavaliação efetuada em 1993. A Fundação efetuou nova reavaliação dos bens em 30 de junho de 2004. A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas anuais mencionadas na nota explicativa n° 6, que levam em consideração a vida útil-econômica dos bens reavaliados.

Devido às mudanças nas práticas contábeis adotadas no Brasil, a reavaliação de ativos deixou de ser permitida, mas facultou a manutenção dos saldos restantes, a serem depreciados conforme as vidas úteis dos bens reavaliados.

Conforme o CPC 27 - Ativo Imobilizado, a Fundação revisou a vida útil dos itens do ativo imobilizado e concluiu pela não necessidade de se alterar os valores de custo residual de seus ativos, da mesma forma que entende que as vidas úteis atribuídas aos seus ativos, com base em estudo desenvolvido internamente por profissionais experientes, estão adequadas, não havendo modificações em relação às utilizadas em exercícios anteriores.

A Fundação, em atendimento ao CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, efetuou teste de recuperação para os bens do ativo imobilizado e itens do intangível, no caso da existência de indícios de desvalorização.

g) Ativos e passivos financeiros

Os valores recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis, incluindo anuidades a receber, caixa e equivalentes de caixa e outros, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

Os passivos financeiros, incluindo parcelamentos de contribuições sociais a recolher, são mensurados pelo valor de custo amortizado, utilizando-se o método de juros efetivos.

As receitas e despesas de juros são reconhecidas por meio da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

h) Anuidades recebidas antecipadamente

Representam valores recebidos relativos a mensalidades referentes ao exercício seguinte e que são reconhecidas no resultado do exercício de acordo com o regime de competência.

i) Provisão para riscos e processos judiciais

As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: (i) a Empresa tem uma obrigação presente ou não formalizada (constructive obligation) como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

j) Apuração do resultado e reconhecimento de receitas

A receita é reconhecida com base na contraprestação especificada no contrato com o cliente. A Fundação reconhece a receita, quando transfere o controle sobre o serviço prestado ao cliente. A Fundação atua na área educacional e calcula o reconhecimento da receita mensalmente, de acordo com a realização das aulas, ou seja, à medida que os serviços são prestados. O preço de venda é determinado com base nos preços de tabela em que a Fundação vende os produtos em transações separadas. As receitas não incluem contraprestações variáveis, direitos de devolução ou garantias, abatimentos por antecipação e componente de financiamento.

Ativos e passivos financeiros relacionados com as operações são reconhecidos conforme atinjam as características de instrumentos financeiros estabelecidas no CPC 48.

k) Arrendamento

Ativos de direito de uso

A Fundação reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso estão relacionados a locação de imóveis e são depreciados linearmente, período de contrato.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, a Fundação reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Fundação usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é mensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

A Fundação aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

Demonstrações Financeiras 2022

FECAP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
Av. da Liberdade, 532 01502-001 – São Paulo – SP
CNPJ 60.736.683/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores em milhares de reais - R$)

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e Bancos	152	401
Santander - Fundo RF CR INS AD (i)	533	49
CEF (Convênio APEX/PEIEX)	165	117
Conta Max Santander (ii)	108	431
Santander - CDB DI (iii)	1.786	61
Santander corporate DI Premium (i)	1.720	6.863
Banco XP Investimentos (iv)	670	**602**
Total	**5.134**	**8.524**

(i) Fundos de investimento em títulos de renda fixa, públicos ou privados (CDBs, Letras Financeiras, Debêntures, entre outros), que busquem acompanhar o CDI. Rentabilidade líquida acumulada de 12,38% em 2022;

(ii) Conta Max é um serviço de aplicação e resgate automático que remunera o saldo disponível em conta corrente.

(iii) CDB progressivo com remuneração no resgate e com indexador de 99% do CDI e vencimento em 28/02/2023;

(iv) A aplicação no Banco XP Investimentos está diversificada em três CDBs renda fixa – pós fixados, indexados ao CDI sendo eles: NBC Bank, Banco Daycoval e Banco Pan com vencimento em 19/12/2023.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

	31/12/2022	31/12/2021
Santander - CDB DI (i)	-	1.530
Safra Investimentos – (i)	1.713	-
Safra Investimentos – (ii)	4.481	9.110
Santander - DI Instituições (ii)	13.274	5.529
Totais	**19.468**	**16.169**
Circulante	**1.713**	**1.530**
Não circulante	**17.755**	**14.639**

(i) O saldo está vinculado às cartas de fiança locatícia com o Banco Santander em 31 de dezembro de 2021 e com o Banco Safra em 31 de dezembro de 2022, referente ao contrato de locação da Unidade Pinheiros. O vencimento desta última carta se dará em 31 de janeiro de 2023, o que liberará os recursos e contribuirá para a liquidez da Fundação (Nota 12).

(ii) O saldo está vinculado à conta de Provisão para Riscos (Imunidade Tributária), cujos detalhes são apresentados na Nota 8.

5. ANUIDADES A RECEBER – LÍQUIDAS

	31/12/2022	31/12/2021
Anuidades a receber	15.598	15.825
Anuidades a receber relacionados ao Programa de Financiamento Estudantil – fies	758	608
Cartões de Credito a Receber	1.429	876
Total	**17.785**	**17.309**
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(6.373)	(6.272)
Total	**11.412**	**11.037**
Circulante	**8.353**	**7.350**
Não circulante	**3.059**	**3.687**

A seguir estão apresentados os vencimentos dos saldos de anuidades a receber em 31 de dezembro de 2022 e de 2021:

	31/12/2022	31/12/2021
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	1.121	1.123
De 31 a 60 dias	795	780
De 61 a 90 dias	758	666
De 91 a 120 dias	756	625
Acima de 120 dias	2.296	2.157
A vencer em:		
2022	-	6.309
2023	7.329	1.999
2024	2.327	1.590
2025	1.214	1.199
2026	784	483
2027	276	277
2028	57	63
2029	38	20
2030	27	18
2031	7	-
	17.785	**17.309**

A movimentação da provisão para anuidades de recebimento duvidoso nos exercícios foi a seguinte:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldos iniciais:	**(6.272)**	**(5.527)**
Baixa da provisão- período de		
2020 em 2021 e período de 2021 em 2022 para incobráveis (i)	2.120	2.017
Provisão para anuidades a receber constituída no exercício	(2.221)	(2.762)
Saldos finais	**(6.373)**	**(6.272)**

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Administração da Fundação baixou contra a provisão para anuidades de recebimento duvidoso os títulos em aberto que foram considerados com alto risco de inadimplência.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores em milhares de reais - R$)

6. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A) COMPOSIÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa anual de depreciação %	31/12/2022 Custo de Aquisição reavaliado	Depreciação acumulada	Líquido	31/12/2021 Líquido
Imobilizado:					
Terrenos	-	9.051	-	9.051	9.051
Edifícios	2	33.035	(12.716)	20.319	21.093
Equipamentos de segurança	5	365	(282)	83	87
Móveis e utensílios	6,66	2.665	(2.214)	451	544
Computadores	20	4.555	(3.899)	656	955
Central de ar-condicionado	6,66	1.524	(1.263)	261	323
Elevadores	2	471	(180)	290	302
Equipamentos fotográficos	10	177	(161)	16	20
Equipamentos de rádio e TV	6,66	79	(64)	15	17
Equipamentos de audiovisual	6,66	1.609	(1.140)	469	458
Máquinas e equipamentos	5	1.027	(436)	590	308
Móveis escolares	20	1.581	(1.561)	20	43
Biblioteca	10	2.057	(1.875)	182	198
Benfeitoria em propriedades de terceiros	10	-	-	-	-
Outros		735	(338)	397	436
Totais		**58.931**	**(26.129)**	**32.801**	**33.833**
Direito de uso de Imóvel		-	-	-	5.134
Adiant.de Fornecedores do Imobilizado		-	-	-	-
Subtotal		**58.931**	**(26.129)**	**32.801**	**38.967**
Intangível					
Software	20	1.064	(843)	220	360
Direitos autorais		534	(96)	439	92
Subtotal		**1.598**	**(939)**	**659**	**452**
Total do Ativo Permanente		**60.529**	**(27.068)**	**33.461**	**39.419**

B) RESERVA DE REAVALIAÇÃO

Em 1º de julho de 2004, a Administração aprovou a reavaliação dos bens do imobilizado. O laudo de avaliação aprovado foi emitido por avaliadores independentes na data-base 30 de junho de 2004. Conforme permitido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, a Fundação optou em manter os valores reavaliados e não fez novas reavaliações.

Em 2022, a Fundação revisou o valor dos seus ativos, bem como as vidas úteis utilizadas para depreciação e amortização dos bens tangíveis e intangíveis, e concluiu pela não necessidade de se efetuar modificações nos valores e pela não alteração das estimativas de vidas úteis para os exercícios de 2022 e de 2021, tendo em vista a conclusão da adequação das vidas úteis já utilizadas anteriormente.

O saldo residual dos ajustes de reavaliação é o seguinte:

	Saldo residual 31/12/2022	31/12/2021
Terrenos	1.988	1.988
Edifícios	145	152
Móveis e utensílios	-	-
Instalações e equipamentos	41	43
Total da reserva de reavaliação remanescente	**2.174**	**2.183**

C) MOVIMENTAÇÃO DO ATIVO IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

A movimentação do imobilizado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Terrenos	9.051	-	-	9.051	-	-	9.051
Edifícios	33.035	-	-	33.035	-	-	33.035
Equipamentos de segurança	351	12	(3)	361	4	-	365
Móveis e utensílios	2.664	5	(3)	2.666	-	(1)	2.665
Computadores	3.808	759	(31)	4.536	23	(4)	4.555
Central de ar-condicionado	1.496	28	-	1.524	-	-	1.524
Elevadores	471	-	-	471	-	-	471
Equipamentos fotográficos	177	-	-	177	-	-	177
Equipamentos de rádio e TV	69	13	-	82	-	(3)	79
Equipamentos de audiovisual	1.545	16	(24)	1.538	84	(13)	1.609
Máquinas e equipamentos	708	7	(5)	710	326	(9)	1.027
Móveis escolares	1.577	3	-	1.580	2	(1)	1.581
Biblioteca	2.007	25	-	2.032	25	-	2.057
Benfeitoria em propriedades de terceiros	1.395	-	-	1.395	-	(1.395)	-
Outros	506	222	-	728	7	-	735
Direito de uso de imóvel	6.966	1.731	-	8.697	-	(8.697)	-
Total do Imobilizado	**65.825**	**2.822**	**(65)**	**68.582**	**471**	**(10.123)**	**58.931**

Demonstrações Financeiras 2022

FECAP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
Av. da Liberdade, 532 01502-001 – São Paulo – SP
CNPJ 60.736.683/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores em milhares de reais - R$)

A movimentação do intangível para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi a seguinte:

	Saldo em 31/12/2020	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo em 31/12/2022
Software e utilitários	1.064	-	-	1.064	-	-	1.064
Direitos autorais	13	90	-	103	431	-	534
Total líquido	**1.077**	**90**	**-**	**1.167**	**431**	**-**	**1.598**

7. IMPOSTOS, ENCARGOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	31/12/2022	31/12/2021
INSS a recolher	842	723
Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - FGTS a recolher	291	260
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF a recolher	668	582
Outros (i)	68	63
Total	**1.869**	**1.627**

(i) Refere-se a Contribuições para Sindicatos e, CSLL e PIS sobre a folha de pagamento.

8. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITO JUDICIAL

A Fundação está sujeita, no curso de suas atividades, a questionamentos de natureza legal envolvendo aspectos trabalhistas, fiscais e cíveis.

A Administração avalia periodicamente os riscos associados aos questionamentos em curso e de seu conhecimento e, com base na opinião de seus advogados externos, no histórico de ações da mesma natureza e em outras evidências relevantes aos processos, constituiu provisões para os questionamentos cujo desfecho com probabilidade de desembolso futuro é considerada provável.

a) Movimentação das provisões

A movimentação das provisões durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foi a seguinte:

	31/12/2020	Adições	Atualização	Pagamento	31/12/2021
Fiscais	**565**	-	19	-	**584**
Cíveis	**40**	-	-	-	**40**
Trabalhistas	**248**	-	-	(148)	**100**
Honorários advocatícios	**523**	128	-	(151)	**500**
Subtotal	**1.375**	**28**	**19**	**(299)**	**1.224**
Imunidade Tributária (*)	**8.390**	**5.775**	**474**	**-**	**14.639**
(-) Depósitos judiciais (**)	**(605)**	**-**	**(19)**	**-**	**(624)**
Totais	**9.160**	**5.803**	**474**	**(299)**	**15.240**

	31/12/2021	Adições	Atualização	Pagamento	31/12/2022
Fiscais	**584**	-	48	-	**632**
Cíveis	**40**	-	2	-	**42**
Trabalhistas	**100**	-	-	(11)	**89**
Honorários advocatícios	**500**	-	-	(47)	**453**
Subtotal	**1.224**	**-**	**50**	**(58)**	**1.216**
Imunidade Tributária (*)	**14.639**	**1.384**	**1.731**	**-**	**17.755**
(-) Depósitos judiciais (**)	**(624)**	**-**	**(50)**	**-**	**(674)**
Totais	**15.240**	**1.384**	**1.731**	**(58)**	**18.297**

(*) Os valores referentes a Contingência tributária, conforme descrito na nota 8.b.

(**) Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os depósitos judiciais referem-se a processos cíveis e fiscais.

b) Imunidade tributária
A Fundação, por se tratar de uma instituição de ensino sem fins lucrativos, goza de imunidade tributária, de acordo com o disposto no inciso VI do artigo 150 da Constituição Federal.

Em razão da decisão judicial proferida nos autos do Mandado de Segurança n. 5017045-76.2019.4.03.6100, de 23/09/2019, a FECAP deixou de recolher a partir da base de cálculo de setembro de 2019 até "a entrada em vigor dos efeitos da Lei Complementar n. 187/2021" a contribuição ao INSS – parte patronal – e a contribuição ao PIS, ambos incidentes sobre sua folha de salários. Os valores de tais contribuições foram depositados em contas correntes específicas para a contingência e veem sofrendo atualização mensal. (Nota 9).

c) Outras informações:
Nas datas de encerramento dos exercícios, os assuntos mais relevantes são os seguintes:

(i) Imposto de Renda Retido na Fonte

Visando à manutenção de sua imunidade tributária, a Fundação obteve sentença de segunda instância favorável à não incidência do IRRF sobre as aplicações financeiras, contra a qual a Fazenda Nacional opôs recurso para o Supremo Tribunal Federal - STF. De acordo com os consultores jurídicos da Fundação, a probabilidade de perda nesse processo é remota e, consequentemente, a Administração não constituiu provisão relativa a esse assunto.

(ii) Imposto Sobre Serviços - ISS e Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU

A Fundação obteve da Prefeitura do Município de São Paulo, o Reconhecimento da Imunidade Tributária de IPTU para os exercícios até 2015 e imunidade de ISS até 2009, conforme despacho publicado em 1º de junho de 2011, além de ter regularizado a situação das Execuções Fiscais pertinentes ao IPTU indevidamente movidas pela PMSP.

A Prefeitura do Município de São Paulo, por meio do Processo nº 2014-0.047.351-5, concedeu, em 18 de agosto de 2014, o Título de Utilidade Pública Municipal com validade até 17 de agosto de 2017. A FECAP encaminhou o reconhecimento de sua condição de Entidade imune, em meio digital, no exercício de 2021, com vigência até 31 de dezembro de 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores em milhares de reais - R$)

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O patrimônio líquido da Fundação é composto por:

a) Patrimônio social

Em 31 de dezembro de 2022 corresponde ao valor de R$ 46.854.

b) Reserva de reavaliação

O saldo refere-se a reavaliação do imobilizado efetuada em 2004 conforme mencionado em detalhes na nota 6 b.

A Fundação realiza o saldo da reserva de reavaliação com base na depreciação e baixa dos respectivos ativos reavaliados.

10. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

A Fundação optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido, a seguir, o detalhamento dos custos e das despesas por natureza:

	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com:		
Pessoal administrativo e docente (inclui os encargos sociais) (i)	(47.291)	(41.959)
Serviços prestados por terceiros	(3.138)	(2.794)
Manutenção e conservação	(1.693)	(1.227)
Serviços e materiais de informática	(3.002)	(2.700)
Utilidades e serviços (água, esgoto, energia elétrica, telefone e correios) (ii)	(1.953)	(1.142)
Periódicos e didáticos (assinatura de livros, jornais e mídias eletrônicas) (iii)	(73)	(80)
Aluguéis	(825)	(70)
Direito de uso - arrendamento (depreciação)	(1.247)	(1.360)
Direito de uso - arrendamento (juros)	(153)	(211)
Brindes	(154)	(8)
Condução, fretes e carretos	(139)	(16)
Conferências e congressos	(101)	(75)
Contribuições a entidades de classe	(258)	(267)
Contribuições e doações	-	(7)
Eventos e festividades	(256)	(106)
Cópias, reproduções e gráfica externa	(47)	(5)
Locação de equipamentos de impressão	(356)	(187)
Material de escritório	(182)	(109)
Revistas técnicas	(114)	(69)
Treinamento de pessoal	(33)	(33)
Viagens e estadas	(83)	(18)
Provisão para anuidades de recebimento duvidoso	(2.218)	(2.711)
Outros gastos acadêmicos gerais e administrativos	(207)	(72)
Impostos e taxas	(1.899)	(631)
Multas	(4)	(1)
Honorários advocatícios, consultoria e auditoria	(481)	(623)
Segurança e vigilância	(1.132)	(1.002)
Baixa de bens do ativo imobilizado	(4)	(16)
Propaganda e Publicidade	(1.108)	(691)
Depreciação e Amortização	(1.723)	(1.758)
Receita de Locações	1.535	1.270
Outras receitas não operacionais	146	56
	(68.193)	**(58.622)**
Classificadas como:		
Custos - das atividades de ensino - FECAP	(52.693)	(45.892)
Gerais e administrativas	(14.350)	(11.607)
Propaganda e Publicidade	(1.108)	(691)
Depreciação e Amortização	(1.723)	(1.758)
Receita de Locações	1.535	1.270
Outras receitas não operacionais (iv)	145	56
	(68.193)	**(58.622)**

(i) inclui os encargos sociais.
(ii) refere-se à água, esgoto, energia elétrica, telefone e correios
(iii) refere-se a assinatura de livros, jornais e mídias eletrônicas.
(iv) O referido saldo inclui o montante de R$ 18 (R$ 17) em 2021 relacionado a prestação de serviços de conselheiros sem remuneração.

11. RESULTADO FINANCEIRO

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas:		
Rendimentos de aplicações financeiras	3.177	1.049
Atualização de Plano próprio de parcelamento próprio (i)	415	1.360
Outras receitas	159	160
	3.751	**2.569**
Despesas:		
Despesas bancárias	(388)	(323)
Juros a valor presente	(3)	(51)
Encargos PDD fies	-	(95)
	(391)	**(469)**

(i) Refere-se à atualização monetária de plano próprio de parcelamento ofertado aos estudantes, com vistas a propiciar maior inclusão social na Fundação.

12. DIREITO DE USO DE IMÓVEL

Em 01 de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) "Arrendamentos" (IFRS 16 – Leases) foi aplicado usando a abordagem retrospectiva modificada, na qual o efeito cumulativo na data da adoção inicial foi reconhecido no balanço patrimonial em 1 de janeiro de 2019 sem reapresentar as demonstrações financeiras de forma retrospectiva. O CPC 06 (R2) substitui o CPC 06 "Operações de Arrendamento Mercantil" e exige que o arrendatário reconheça ativos e passivos para a maioria dos arrendamentos em seu balanço patrimonial, bem como as despesas de depreciação e juros correspondentes.

A Fundação possuía um imóvel referente a locação de pinheiros com contrato vencimento 31/12/2025 e resolveu através de um distrato a entrega do imóvel com data prevista para 05/04/2023. Como resultado da negociação da entrega a FECAP efetuou a baixa dos ativos e passivos decorrentes da operação de arrendamento e reconheceu um passivo no valor de R$ 746 para complementar o valor da obrigação, relacionado aos valores da rescisão contratual, a serem pagos até 05/04/2023, no montante total de R$ 1.116.

Abaixo apresentamos a composição das despesas do arrendamento com impacto nas demonstrações contábeis da Instituição na data de 31/12/2022:

Demonstrações Financeiras 2022

FECAP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO
Av. da Liberdade, 532 01502-001 – São Paulo – SP
CNPJ 60.736.683/0001-71

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores em milhares de reais - R$)

Contas do Ativo	**31/12/2022**
Direito de uso de imóvel (Ativo)	9.359
Depreciação Acumulada (Ativo)	(4.809)
Contas do Passivo	
Arrendamento Passivo Juros acumulados (Curto prazo)	(1.495)
Arrendamento Passivo baixa de aluguéis 2023	307
Arrendamento Passivo (Longo prazo)	(3.782)
(=) Saldo em 31 de dezembro 2022	**(420)**
Valor de Locação 2023 e multa	(746)
(=) Arrendamento Passivo (Curto prazo)	**(1.166)**

13.BOLSAS DE ESTUDOS

A Fundação, entidade sem finalidade de lucro, tendo como objetivo proporcionar e divulgar no país o ensino comercial, realiza também atividades de filantropia, por meio de bolsas de estudo.

A Fundação para fins de atendimento à legislação, apresenta suas peças contábeis condizentes com as Normas Brasileiras de Contabilidade, conforme a seguinte base legal: Inciso I, alínea "b", do art. 29, do Decreto no 7.237/2010, art. 3º, incisos V, VI, VII e VIII, do Decreto nº 8.242/2014 c/c NBC TG 26 e Portaria Normativa nº 15/2017.

A Fundação, conforme nota 1.1.1, é portadora do Certificado de Entidades Beneficente de Assistência Social – CEBAS e aplicou em gratuidade percentuais superiores a 20% (Graduação e Colégio no agregado) e benefícios complementares no ano de 2022.

14. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

a) REMUNERAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO

A Fundação não remunera seus membros dos Conselhos Fiscal e de Curadores e não possui qualquer transação com partes relacionadas.

15. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

15.1 CLASSIFICAÇÃO E MENSURAÇÃO

a) Composição dos instrumentos financeiros:

	Valores contábeis	
	31/12/2022	**31/12/2021**
Ativos (passivos) financeiros:		
Caixa e Bancos	5.134	8.524
Aplicações financeiras	19.468	16.169
Anuidades a receber	11.412	11.037
Depósitos Judiciais	674	623
Fornecedores	(548)	(708)
Outras contas a pagar	(987)	(285)

A Administração da Fundação é de opinião que os instrumentos financeiros, os quais estão reconhecidos nas demonstrações financeiras pelos seus valores de custos acrescidos de juros, quando aplicável, não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado.

b) Derivativos

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Fundação não possui operações com instrumentos financeiros derivativos.

15.2 GESTÃO DE RISCOS

a) Risco de crédito

O nível de anuidades a receber da Fundação é monitorado por meio de controles internos e, para aqueles em que não há expectativa de realização, é constituída a provisão para anuidades de recebimento duvidoso, o que limita o risco de contas inadimplentes. A matrícula para o próximo período letivo é bloqueada sempre que o aluno fica inadimplente com a Fundação.

A Fundação mantém contas correntes bancárias e aplicações financeiras em instituições financeiras aprovadas pela Administração, de acordo com critérios objetivos para diversificação de riscos.

b) Gestão de risco de mercado

Os resultados das operações da Fundação dependem da sua capacidade de manter o equilíbrio econômico-financeiro entre as receitas de mensalidades e os custos fixos e variáveis. Para a captação de alunos, a Fundação realiza ações comerciais totalmente embasadas no conceito de marketing de relacionamento, sendo ações de comunicação cujas metas quantitativas ganham sentido apenas quando acompanhadas de atributos qualitativos.

As condições adversas do mercado, que podem impactar de forma negativa o resultado das operações da Fundação, estão diretamente relacionadas com a estagnação no número de ingressantes e na concorrência que cresce anualmente.

c) Gestão do risco de liquidez

A Fundação gerencia o risco de liquidez mantendo reservas e através de acompanhamento contínuo das previsões e do fluxo de caixa real e da combinação dos prazos de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores em milhares de reais - R$)

16. SEGUROS CONTRATADOS (NÃO AUDITADO)

As coberturas de seguro da Fundação foram determinadas com base em estudos técnicos e apresentam a seguinte posição em 2022:

Cobertura	Valor
Incêndio, queda de raio, explosão e tumultos	82.100
Vendaval, furacão, ciclone, tornado, granizo e impacto de veículos	-
Terrestres e aéreos.	2.000
Responsabilidade civil (estabelecimento de ensino - alunos, empregados e eventos)*	8.000
Responsabilidade civil (Danos morais, auditório)	1.600
Equipamentos estacionários	400
Roubo e furto qualificados de bens nas dependências do assegurado	1.000
Danos elétricos	700
Lucros cessantes	10.287
Anúncios e/ou letreiros	100
Quebra de vidros	100

• A apólice de seguro contratada (Swiss R Corporate Solution Brasil seguros s.a.) possui vigência para o período de 23 de março de 2022 a 23 de março de 2023;

• A apólice de responsabilidade civil contratada (Tokio Marine Seguradora S.A), possui vigência para o período de 26 de agosto de 2022 a 26 de agosto de 2023. (Limite máximo de indenização R$ 8.000.000,00);

• A apólice de responsabilidade e Proteção Cibernética contratada (Tokio Marine Seguradora S.A), possui vigência para o período de 10 de dezembro de 2022 a 10 de dezembro de 2023. (Limite máximo de indenização R$ 1.000.000,00);

Edison Simoni da Silva
Superintendente Geral
CPF 257.970.668-23

Taiguara de Freitas Langrafe
Superintendente Adjunto
CPF 276.518.258-29

Valdir Alexandre de Oliveira
T.C. - CRC-SP 168.615/O-0
CPF 021.604.438-32

* * *

Demonstrações Financeiras 2022

FECAP
FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Av. da Liberdade, 532 01502-001 – São Paulo – SP
CNPJ 60.736.683/0001-71

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores e conselheiros

Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado ("FECAP" ou "Fundação")

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado ("FECAP" ou "Fundação). Em 31 de dezembro de 2022 que compreendem o balanço patrimonial demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais práticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresenta adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado. Em 31 de dezembro de 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro e demais pronunciamentos contábeis, quando aplicável.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Fundação de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Fundação, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a nossa auditoria das demonstrações contábeis da FECAP. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração da FECAP é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para entidades sem finalidade de lucro e demais pronunciamentos contábeis, quando aplicável, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da FECAP continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da FECAP são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da FECAP.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a FECAP a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da FECAP e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

• Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 09 de março de 2023

IRKO Auditores Independentes

CRC 2SP020649/O-2

_____

Nilton Shimizu

Contador CRC 1SP142671/O-1

RELATÓRIO DO PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Fundação Escola de Comércio Álvares Penteado – FECAP, em reunião realizada em sua sede situada na Avenida da Liberdade, 532, São Paulo – SP, no cumprimento de suas atribuições legais e estatutárias, examinaram o Sumário Executivo (Relatório de Atividades); Balanço Patrimonial; as Demonstrações de Resultados; as Demonstrações do Resultado Abrangente, as Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido; as Demonstrações dos Fluxos de Caixa; as Demonstrações do Valor Adicionado; as Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras; e o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras.

Baseados nesses exames, bem como na opinião sem ressalva da IRKO Auditores Independentes, cujo relatório foi emitido em 9 de março de 2023, os Conselheiros opinaram favoravelmente a respeito dos supracitados documentos, informando, ainda, que eles se encontram em condições de ser votados e aprovados pelo Conselho de Curadores.

Nada mais havendo a tratar, lavraram a presente ata, que lida e aprovada é assinada por todos.

São Paulo, 14 de março de 2023.

Dr. Eduardo Augusto Rocha Pocetti **Dr. Sérgio Prado de Mello** **Dr. Walter Arnaldo Andreoli**

FECAP

FUNDAÇÃO ESCOLA DE COMÉRCIO ÁLVARES PENTEADO

Av. da Liberdade, 532 01502-001 – São Paulo – SP
CNPJ 60.736.683/0001-71